

Programas institucionais de permanência e seus impactos nas trajetórias e educandos negros

Autores:

- Cristiane Lourenço Teixeira – Assistente Social. Mestranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense
- Dr. João Bosco Hora Góis – Coordenador do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. Professor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense.

Resumo

Discutir as lógicas de atuação e o impacto dos programas de permanência existentes na Universidade Pública é o que pretendemos com este estudo. Nosso objetivo principal é avaliar em que medida, essas políticas impactam nas trajetórias dos universitários negros e contribuem na permanência deste grupo na Universidade. Pretendemos, assim, oferecer contribuições para os estudos sobre a permanência de alunos negros no ensino superior e conseqüentemente para que seja fomentado o debate sobre relações raciais nas políticas de educação.

Palavras-Chave: Raça. Desigualdades educacionais. Ações Afirmativas.

Introdução

No Brasil, as produções sobre o acesso ao ensino superior, aparecem de forma mais consistentes a partir do ano 2000¹. Estes estudos possuem uma característica em comum: estão, em sua maioria, voltados para as discussões a respeito das políticas de acesso ao ensino superior e para o ingresso da população negra à Universidade. Esta pesquisa não segue esta tendência. Pretendemos operar no campo das desigualdades educacionais, analisando o processo de permanência dos alunos negros no universo acadêmico.

Atualmente, encontra-se aberto no âmbito do Ministério da Educação e nas instituições públicas de ensino superior a discussão sobre a formulação e implementação de políticas públicas

¹ Ver por exemplo, HENRIQUES (2001); SISS (2003); TEIXEIRA (2003).

que revertam a conjuntura atual em que a instituição universitária reproduz a cada ano um conjunto de desigualdades sociais, tanto na esfera do acesso, quanto na esfera da permanência. Ainda que nossa pesquisa apresente um caráter local², acreditamos que seus resultados poderão contribuir para que a discussão de políticas públicas de combate às desigualdades educacionais e raciais no ensino superior seja fomentada.

Educação, raça e Ações Afirmativas

Estudos recentes³ sobre mobilidade social no Brasil apontam um peso significativo da educação no que tange aos processos de ascensão dos indivíduos. “Não é exagero dizer que a educação constitui hoje o determinante central e decisivo do posicionamento socioeconômico das pessoas na hierarquia social”. (PASTORE & SILVA, 2000:40). Por meio da educação, as oportunidades sociais são distribuídas e, de forma geral, as realizações no âmbito escolar estão associadas à mobilidade social individual. Através da escolarização, as famílias tentam buscar uma ascensão do espaço social em que se encontram.

Sabemos que nos últimos anos ocorreu uma grande expansão educacional, especialmente no que tange o ensino fundamental (segundo dados de 2002 do IPEA⁴ a taxa de escolarização no Brasil está acima de 90%), estudos de Hasenbalg & Silva (2000) apontam que a ampliação da cobertura educacional no Brasil produziu uma diminuição significativa das desigualdades de anos de estudo entre os grupos quando analisamos a variável renda. Em 1976, os mais ricos possuíam 4,8 vezes mais escolaridade que os mais pobres. Em 1998, esta diferença cai para 2,9 vezes. Estes índices mostram que o aumento do número de vagas nas instituições de ensino contribuiu para a diminuição de tais distâncias.

No ensino médio, observamos que o número de alunos matriculados cresceu substancialmente. Em 2004, segundo dados do MEC/INEP, somente no sistema estadual de ensino, o número de matrículas foi de cerca de 84%. O aumento do número de alunos matriculados no ensino médio gerou um crescimento da demanda no ensino superior. A questão é

² A Universidade Federal Fluminense – UFF foi criada em 1960 e atualmente possui 52 cursos de graduação com aproximadamente 21.000 alunos situados em Niterói, onde está situada sua sede, e em inúmeros municípios do Rio de Janeiro.

³ Ver, por exemplo, BARROS & LAM (1993), PASTORE & SILVA (2000).

⁴ Os dados encontram-se disponíveis no Banco de Dados do IPEA: “Desigualdade Racial: Indicadores Sócio-Econômicos”.

que, ao contrário do que ocorreu em outros níveis de ensino, o aumento de vagas no ensino superior se deu na esfera privada.

Dados do MEC/INEP mostram que ao observarmos o período entre 1993 e 2003, as instituições públicas de ensino superior ampliaram o número de vagas em 63,81%, no ensino superior privado o aumento das vagas chega a 356,57%. Em 2003, as Universidades Públicas eram responsáveis por apenas 14% das vagas existentes no ensino superior. Estes dados se relacionam diretamente com o crescimento das instituições privadas de ensino. Considerando o período entre 2000 e 2004, o número de instituições privadas de ensino superior aumentou 78,18%, enquanto as públicas cresceram apenas 27,27%.

Os números apresentados apontam que o ensino superior público mantém características de pouca expansão em direção à parcela da população que não pode pagar. A expansão das instituições privadas de ensino superior gerou um acirramento pelas vagas que ainda existiam nas Universidades Públicas. O exame vestibular para o ingresso nas instituições públicas passou a ser realizado numa conjuntura de desigualdade na formação, já que “jovens de classe média e alta, que podiam cursar as melhores e mais caras escolas elementares e de 2º grau, praticamente abocanhavam todas as vagas disponíveis nas Universidades Públicas e gratuitas.” (GUIMARARÃES, 2003).

Deste modo, os indivíduos pertencentes aos estratos sociais menos favorecidos e que são em sua maioria negros - em 2001, uma análise do IPEA⁵, mostra que, naquele ano a renda *per capita* da população branca foi de R\$ 481,60 em média, já a renda da população negra no mesmo período foi de, em média, R\$ 205,40. Outro dado daquele mesmo período mostra a gravidade da questão racial do país: dos 24 milhões de pessoas classificadas como abaixo da linha de indigência, 16,5 milhões eram negras - apresentam maiores dificuldades em competir com aqueles que chegam ao processo seletivo do vestibular com vantagens sociais e educacionais.

O acirramento a que nos referimos não ocorre somente na questão do ingresso. Vencida esta etapa, os alunos oriundos de camadas populares e predominantemente negros, enfrentam outra dificuldade: a questão da permanência. Para entendermos os mecanismos que geram as desigualdades dentro do sistema acadêmico e as dificuldades encontradas pelos indivíduos que ingressam na Universidade Pública, precisamos entender o binômio permanência/evasão, assim como a lógica que orienta este processo.

⁵ Os índices encontram-se no banco de dados do IPEA: “Desigualdade Racial: Indicadores sócio-econômicos. Brasil – 1999-2001”.

O quadro abaixo foi construído a partir de dados fornecidos pelo Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) e da Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos (PROAC) da UFF. Contabilizamos o total de alunos evadidos (considerando aqueles desligados pela PROAC) no período compreendido entre 1/2000 e 1/2005. Vale ressaltar que este desligamento é realizado após quatro períodos de abandono. O percentual de evasão que apresentamos corresponde à relação entre evadidos e ingressantes no total do período considerado.

Tabela I - Percentual de evasão por curso da sede da UFF (Niterói) entre 1/2000 e 1/2005

Cursos da Sede	% de Evasão	Relação C/V - 2005
Medicina	7,39	38,12
Comunicação Social***	54,24	25,90
Direito	19,00	20,68
Engenharia Mecânica	20,00	19,14
Ciências Biológicas	31,59	17,86
Produção Cultural	46,55	17,14
Psicologia	27,82	16,36
Nutrição	14,83	15,62
Engenharia de Produção	21,00	14,53
Ciência da Computação	33,27	14,21
Administração	41,82	13,86
Arquitetura e Urbanismo	25,72	13,43
Enfermagem	15,45	13,41
Farmácia	26,36	12,81
Odontologia	10,23	12,53
Veterinária	17,09	12,42
História	32,50	10,92
Engenharia Química	41,55	9,99
Geografia	36,36	8,39
Química Industrial	49,55	7,58
Arquivologia	34,51	7,47
Engenharia Elétrica	18,91	7,33
Engenharia Civil	17,05	7,29
Ciências Contábeis	55,55	7,19
Serviço Social	16,00	6,92
Ciências Sociais	56,91	6,69
Letras**	43,45	6,04
Ciências Econômicas	68,64	6,01
Engenharia de Telecomunicações	22,64	5,76
Pedagogia	36,36	5,53
Matemática	61,52	5,31
Química – licenciatura e/ou bacharelado*	59,55	4,55

Biblioteconomia e Documentação	42,10	4,23
Física – licenciatura e/ou bacharelado*	49,91	3,40
Total	33,40	-

* Trata-se da média entre ambas.

** Trata-se da média entre todas as habilitações de letras.

*** Trata-se da média entre Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Cinema.

Fonte: *Tabulações feitas a partir de dados fornecidos pelo NTI e PROAC (UFF).*

Como podemos perceber, os cursos da sede da universidade estão dispostos na tabela acima por ordem crescente de relação candidato X vaga no vestibular de 2005. Embora não exista uma relação de absoluta simetria entre o nível de disputa por uma vaga e os índices de evasão, podemos afirmar que em largas medidas os cursos menos disputados são os que apresentam maiores percentuais de evasão.

Se considerarmos os cursos com relação candidato X vaga em que até nove candidatos disputam uma vaga teremos uma média de evasão de 40,23%; no entanto, se considerarmos os cursos com 10 ou mais candidatos disputando uma vaga, encontraremos uma média de evasão de 26,17%.

Detalhando ainda mais, vemos que se considerarmos os cursos com relação candidato x vaga até 10 candidatos disputando uma vaga, encontraremos uma média de 39,82% de evasão; entre 12 e 19 candidatos disputando uma vaga, a média de evasão é de 25,97%; por fim, nos cursos com 19 ou mais candidatos disputando uma vaga, a média de evasão é de 25,15%.

Entre os cinco cursos mais disputados, a média da evasão chega a 26,44%. Já entre os cinco menos disputados, esta média corresponde a 45,34%. Este maior percentual de evasão entre os cursos menos disputados está ligado, por sua vez, ao fato de que nestes também se encontram, em via de regra, os alunos oriundos das famílias mais pobres. Este dado sinaliza, conseqüentemente, para a necessidade de políticas mais sistemáticas de permanência no ensino superior.

Brandão & Teixeira (2003) nos mostram a distribuição dos alunos da UFF por curso, observando-se a cor ou raça. A tabela a seguir apresenta os cursos ordenados de forma decrescente, segundo a relação candidato X vaga no vestibular de 2002. O estudo dos autores mostra em quais cursos se concentram os alunos negros da UFF.

Tabela II - Percentual de alunos da UFF, segundo a cor ou raça, por curso

Cursos da Sede	Branco	Preto	Pardo	Amarela	Indígena	S/D
Medicina	77,8	0,9	17,0	1,2	0,2	2,8
Comunicação Social***	68,7	2,1	21,2	0,9	0,3	6,7
Biomedicina	60,0	20,0	20,0	0,0	0,0	0,0
Direito	77,8	3,2	16,4	0,6	0,0	2,0
Turismo	67,7	3,2	29,0	0,0	0,0	0,0
Produção Cultural	67,1	3,0	24,0	1,8	0,6	3,6
Nutrição	61,8	2,4	24,1	4,0	1,6	6,0
Ciência da Computação	72,7	1,8	19,5	2,1	0,4	3,5
Psicologia	65,5	5,5	23,1	1,2	0,4	4,3
Biologia	74,5	4,2	18,5	0,9	0,5	1,4
Odontologia	71,6	1,2	21,4	2,7	0,4	2,3
Veterinária	76,7	2,0	16,6	0,9	1,6	2,0
Enfermagem	57,6	5,8	32,9	0,3	0,6	2,6
Administração	67,2	4,1	23,7	1,5	0,6	3,0
Arquitetura	73,7	2,2	19,0	2,2	0,7	2,2
Farmácia	67,6	2,3	24,3	2,3	0,5	3,2
Geografia	53,1	4,6	34,3	0,9	0,7	6,2
História	62,9	3,5	25,9	0,6	0,4	6,6
Engenharia	72,1	2,6	18,7	2,0	0,4	4,1
Ciências Econômicas	68,3	4,2	22,3	1,8	0,8	2,1
Ciências Contábeis	58,9	4,8	31,1	1,8	0,8	2,3
Engenharia Química	65,1	3,9	24,9	2,6	0,9	2,6
Ciências Sociais	59,8	5,6	30,8	0,6	0,3	2,5
Serviço Social	49,8	10,1	34,2	2,6	1,2	2,1
Química - licenciatura e/ou bacharelado*	47,6	8,1	36,3	4,0	0,8	3,2
Pedagogia	50,3	8,5	35,6	2,0	0,6	3,0
Letras**	60,4	4,3	31,4	1,7	0,3	2,0
Biblioteconomia e Documentação	48,8	10,3	33,3	1,2	1,6	4,4
Física - licenciatura e/ou bacharelado*	60,3	2,9	29,2	1,0	0,5	6,2
Matemática	50,3	6,6	35,0	3,8	0,6	3,5
Arquivologia	44,7	9,8	35,3	3,4	1,1	4,9
Química Industrial	57,4	5,0	27,0	3,5	2,1	5,0
TOTAL	64,1	4,3	25,5	1,8	0,6	3,5

* Trata-se da média entre ambas.

** Trata-se da média entre todas as habilitações de Letras.

*** Trata-se da média entre Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Cinema.

Fonte: *Censo Étnico Racial, UFF e UFMT, 2003.*

Os números nos mostram que os cursos mais disputados são exatamente aqueles que têm um maior número de brancos inscritos. Dos 32 cursos relacionados, 28 têm mais de 50% de

alunos brancos matriculados. Os outros grupos de cor são maioria em apenas quatro cursos: serviço social, biblioteconomia, química e matemática, cursos estes que, ao relacionarmos com a tabela I, veremos que se encontram entre os 10 cursos menos concorridos do vestibular da UFF. Os negros⁶ estão mais bem representados (com média de inscritos acima de 40%) nos cursos de biomedicina (40,0%), matemática (41,6%), biblioteconomia (43,3%), pedagogia (44,1%) serviço social (44,3%), química (44,4%) e arquivologia (45,1%). Destes seis cursos somente um - biomedicina - não se encontra entre os dez menos concorridos do vestibular da UFF. Ou seja, os cursos mais negros da UFF são os menos concorridos no processo seletivo do vestibular e conseqüentemente, os cursos menos valorizados socialmente.

Ao compararmos as Tabelas I e II, veremos que a presença de negros nos cursos da UFF diminui de maneira proporcional ao aumento da disputa por vagas. Outro dado de suma importância revela que os cursos que possuem maior índice de evasão são também aqueles que possuem uma maior concentração de alunos pretos e pardos, o que em nosso entendimento, reforça ainda mais a necessidade de se discutir políticas públicas de permanência para alunos pertencentes a este grupo de cor ou raça. Assim, entendemos que, as políticas de permanência se apresentam como fundamentais na tentativa de se diminuir a evasão estudantil. A tabela abaixo nos mostra a percentagem de alunos da UFF contemplados por tais políticas.

Tabela III - Percentual de alunos da UFF participantes ou não de programas institucionais de permanência, segundo a cor ou raça

Cor ou Raça	Participa	Não participa
Branca	15,79	84,21
Preta	19,7	80,3
Parda	17,1	82,9
Amarela	14,81	85,19
Indígena	18,31	81,69
Sem declaração	18,21	81,79
Mais de uma	12,5	87,5
TOTAL	16,38	83,62

Fonte: *Censo Étnico Racial, UFF e UFMT, 2003.*

A tabela III nos indica que somente 16,38% dos educandos da UFF estão inseridos em algum programa de permanência. Aqui, pretos e pardos aparecem com mais frequência,

⁶ Negros aqui são entendidos como a junção de pretos e pardos.

entretanto, alguns autores⁷ nos mostram que este grupo se concentra, em sua maioria, nas chamadas bolsas específicas para educandos que apresentam uma situação econômica desfavorável.

O debate sobre as questões raciais e a política de Ação Afirmativa através da inclusão e da permanência, com qualidade, do negro na educação superior, não pode e nem deve ser desconsiderado pelas instituições educacionais. “No que se refere à escolaridade média da população adulta em 1999, vemos que o diferencial entre brancos e negros é de 2,3 anos de estudo [...]” (HENRIQUES, 2001). As diferenças raciais no Brasil são contundentes e permanecem ao longo da história. As desvantagens dos negros em relação aos brancos em cada uma das dimensões estudadas pelo autor nos revelam que, toda e qualquer ação articulada que vise a diminuir a distância entre as raças torna-se relevante.

A este respeito, Oliveira (2003) nos fala que a Universidade é, em sua essência, uma instituição comprometida com a construção de saberes pautados na equidade social e, deste modo, deve colaborar para o aprofundamento da discussão sobre as questões que comprometem os direitos de determinados grupos excluídos socialmente.

Atualmente existe na agenda do Ministério da Educação e Cultura a discussão acerca de políticas de acesso e permanência na universidade. Estas políticas visam reverter a atual situação de reprodução das desigualdades por meio das instituições de ensino que legitimam as práticas elitistas, excluindo preferencialmente alguns grupos sociais como os negros e os índios. Através da criação, em 2004, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) busca, considerando as especificidades existentes, estabelecer e desenvolver políticas de inclusão educacional para os grupos já citados, em especial para os negros.

Nesta conjuntura, as políticas de Ação Afirmativa no ensino superior brasileiro e a discussão sobre a relação entre raça e educação, têm estado constantemente na agenda das políticas educacionais no Brasil.

O termo Ação Afirmativa⁸ se popularizou nos Estados Unidos,⁹ através de um decreto presidencial em 06 de março de 1961. O texto referia-se a contratos com o Governo Federal

⁷ Ver, por exemplo, BRANDÃO & TEIXEIRA (2003); SILVA (2006).

⁸ Esta expressão ganha força no fim da década de 60, quando a National Commission on Civil Disorders - Comissão Nacional sobre Distúrbios Cívicos passa a examinar as razões dos conflitos raciais que eclodem nas metrópoles norte-americanas após o assassinato de Martin Luther King. As conclusões deste estudo evidenciavam a urgência de se elaborar estímulos especiais que, de alguma forma, respondessem as demandas da população negra. Mais tarde, estes estímulos se estenderam a outras minorias como as mulheres, os asiáticos, os hispânicos e os indígenas.

daquele país e discorria que “o contratante [...] adotará uma Ação Afirmativa para assegurar que os candidatos sejam empregados, como também tratados durante o emprego sem consideração a sua raça, credo, cor ou nacionalidade”

No Brasil, a adoção de medidas diferenciadas para alguns grupos existe desde a década de 30 com a Lei dos Dois Terços, criada para garantir a participação de trabalhadores brasileiros nas empresas sediadas no Brasil, em um período onde muitas delas tinham donos estrangeiros e discriminavam os nativos, especialmente de São Paulo e do Sul do país. Apesar de ser vista como algo associado à experiência dos Estados Unidos e reduzida à política de cotas, o conceito de Ações Afirmativas se faz presente na legislação brasileira há muitos anos.

As Ações Afirmativas entendidas como um conjunto de políticas que buscam a afirmação da identidade e a luta constante por relações sociais, políticas, econômicas e culturais igualitárias, fazem com que este conceito incorpore, além das medidas governamentais, a participação da sociedade civil sobre a questão da democratização da educação e das relações de poder entre os diferentes grupos sociais.

Se é certo que a desigualdade racial, no Brasil, reflete, em grande parte, a falência da cidadania – ou seja, a insuficiente universalização das políticas públicas – e, também certo que uma possível universalização não eliminaria, por completo, as desigualdades raciais. Se é certo que a ação afirmativa não é um princípio de política capaz de universalizar a cidadania para as massas, é também certo que é o único princípio capaz de, a curto e médio prazos, possibilitar a desracialização de elites meritocráticas, sejam elas intelectuais ou econômicas. (GUIMARÃES, 1999, p.187)

A Ação Afirmativa deve, em sua essência, abarcar além das medidas governamentais, a atuação da sociedade civil sobre as relações entre os diferentes grupos sociais. Sobre as formas de implantação dessas ações, Silvério (2005, p.147) informa que “[...] os programas de ações afirmativas requerem metas a curto, médio e longo prazo, recursos financeiros, materiais, além de profissionais competentes abertos a diversidade étnico-racial da nação brasileira; sensíveis aos graves problemas sociais, econômicos que dela fazem parte [...]”.

Ainda que as políticas de Ação Afirmativa não sejam suficientes para eliminar as desigualdades históricas entre negros e brancos, não se pode desconsiderar a sua importância no

⁹ É importante lembrar que as Ações Afirmativas não se restringiram aos Estados Unidos. Ocorreram experiências em países da Europa Ocidental, Índia, Malásia, Canadá, Nigéria, Argentina, África do Sul, dentre outros. Abordaremos a implantação das Ações Afirmativas em outros países no decorrer de nosso estudo.

que se refere a promoção da igualdade de oportunidades, resultando assim, em uma “democracia de resultados, além de trazerem efeitos imediatos e conseqüentes”. (SISS, 2003, p. 111).

Ao promoverem a equidade no acesso e na permanência dos negros no sistema superior de ensino, as políticas de Ação Afirmativa desempenham o papel de corrigir as desigualdades históricas existentes entre negros e brancos no Brasil. Deste modo, não podem ser percebidas somente como “políticas de cotas” ou de “reservas de vagas” para negros. As Ações Afirmativas devem ser apreendidas como uma política que tem por principal objetivo democratizar o acesso e a permanência dos negros brasileiros no ensino superior.

Análise Conclusiva

A visibilidade do racismo brasileiro e de suas práticas são efetivamente o principal entrave para que o debate sobre as condições de vida e de cidadania do negro brasileiro ocorra de maneira plena. A crença de que as desigualdades vivenciadas por uma parcela considerável da população estão exclusivamente relacionadas à classe, faz com que práticas racistas e de banalização da questão racial sejam produzidas e reproduzidas cotidianamente.

Neste contexto, as políticas de Ação Afirmativa aparecem como o principal modo de reversão desta situação, uma vez que a democratização da educação requer políticas para ampliação do acesso e para uma permanência de qualidade para pretos e pardos. Através da política de reserva de vagas, através democratização do acesso ao ensino superior significa uma mudança, em longo prazo, das posições hierárquicas atuais. Não se pode prever se as Ações Afirmativas e a política de reserva de vagas serão capazes de acabar com o racismo e suas práticas dentro da sociedade brasileira, porém, é certo que farão com que tais práticas saiam da invisibilidade e possam assim, serem combatidas.

Referências Bibliográficas

BRANDÃO, André Augusto. & TEIXEIRA, Moema de Poli (orgs.). *Censo étnico-racial da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Federal de Mato Grosso*. Niterói: EDUFF, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *A Miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1998.

- GUIMARÃES, Antônio Sérgio. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- _____. *Acesso de Negros às Universidades Públicas*. In: 247 Cadernos de Pesquisa, n. 118, março/ 2003. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br> Acesso em 01 de abril de 2007 as 13:50 horas
- HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdade racial no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. *Relações raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.
- _____. & SILVA, Nelson do Valle. Tendências da desigualdade educacional no Brasil. In: *Dados*. 34 nº3. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.
- _____. _____. Recursos familiares e transições educacionais. In: *Cad. Saúde Pública* v. 18 supl. Rio de Janeiro: 2002.
- HENRIQUES, Ricardo. Desigualdade racial no Brasil: Evolução das condições de vida na década de 90. In: *Texto para discussão nº. 807*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
- MOEHLECKE, Sabrina. *Propostas de ações afirmativas no Brasil: Acesso da população negra ao ensino superior*. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- OLIVEIRA, Iolanda. A prática pedagógica de especialistas em relações raciais e educação. In: OLIVEIRA, Iolanda (org.). *Relações raciais e educação: Novos desafios*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- _____. & BRANDÃO, André Augusto. Avaliação da política de ação afirmativa para a permanência de alunos negros na UFF. In: SANTOS, Sales Augusto dos. (org.). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- ROSEMBERG, Fulvia. *Ação Afirmativa no ensino superior brasileiro: Pontos para reflexão*. Disponível em: <http://www.scielo.br> Acesso em 28 de janeiro de 2007 às 12h40min.
- SILVA, Anderson Paulino da. *Mérito, mobilidade e raça: Uma abordagem entre negros e brancos na universidade*. 156f. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.
- SILVÉRIO, Valter Roberto. Ações afirmativas e diversidade étnica-racial. In: SANTOS, Sales Augusto dos. (org.). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- SISS, Ahyas. *Afro-brasileiros, cotas e ação afirmativa: Razões históricas*. Rio de Janeiro: Quartet Niterói: PENESB, 2003.

TEIXEIRA, Moema de Poli. *Negros na universidade: Identidades e trajetórias de ascensão social no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

4.2. Bibliografia a ser estudada no decorrer da pesquisa¹⁰

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil – O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

D'ADESKY, Jacques. *Racismos e anti-racismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática 1978.

GOMES, Joaquim Barbosa. *Ação afirmativa & Princípio constitucional da igualdade*. Rio de Janeiro; São Paulo: Renovar, 2001.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. *Classe, raça e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: Síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. In: *Cadernos de Saúde Pública Cad. Saúde Pública v. 18 supl.* Rio de Janeiro: 2002.

JACCOUD, Luciana & THEODORO, Mário. Raça e educação: Os limites das políticas universalistas. In: SANTOS, Sales Augusto dos. (org.). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNANGA, Kabengele. O anti-racismo no Brasil. In: MUNANGA, Kabengele. (org.). *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: EDUSP, 1996.

_____. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

ROSEMBERG, Fulvia. *Diagnóstico sobre a situação educacional de negros (pretos e pardos) no Estado de São Paulo*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2 v. 1986.

QUEIRÓZ, Delcele Mascarenhas. *O negro na universidade*. Salvador: EDUFBA, 2002.

SANTOS, Renato Emerson dos. & LOBATO, Fátima. (orgs.) *Ações afirmativas: Políticas públicas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

¹⁰ Apresentamos aqui algumas obras que consideramos importantes em nosso estudo. Entretanto, com o desenvolvimento da pesquisa, outras bibliografias serão acrescidas.